



JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DE CURITIBA – COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA– PARANÁ.

EDITAL DE LEILÃO

(Artigo 887 do CPC, e § seguintes da Lei 13.105 de 16 de março de 2015)

A doutora **LIANA DE OLIVEIRA**, Juíza de Direito nesta 15ª Vara Cível de CURITIBA - PR, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designadas duas Praças e Leilão para: Dia 02 de julho de 2026 a partir das 14:00 horas: o(s) bem(ns) pode(rão) ser vendido(s) em Primeira Hasta pelo valor da avaliação ou pelo maior lance, desde que acima da avaliação; Em não havendo interessados, fica desde logo autorizada a Segunda Hasta - Dia 30 de julho de 2026, a partir das 14:00 horas: em que o(s) bem(ns) pode(rão) ser vendido(s) pelo maior lance, desde que não seja considerado preço vil, ou seja, menos de 50% do valor da avaliação.

MODALIDADE/LEILOEIRO: A alienação judicial será realizada UNICAMENTE na modalidade eletrônica. Os lances eletrônicos poderão ser ofertados a partir da data da publicação deste edital, mediante prévio cadastro de adesão dos interessados ao site www.pbcastro.com.br (cujas regras integram o presente). sede do Leiloeiro - Auditório P.B. CASTRO LEILÕES - está situada na Rua Jacarezinho, nº 1257, conj. 104 – 1º Andar, Mercês - Curitiba/Pr.; CEP: 80.810-130. Todos os atos judiciais praticados pelo Sr. PLÍNIO BARROSO DE CASTRO FILHO, Leiloeiro Público Oficial registrado na Jucepar n. 668, estão devidamente autorizados e designado(a) pelo(a) MM. Juiz(a) relativo(s) ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos a seguir relacionado(s).

AUTOS: 0014428-85.2008.8.16.0001

NATUREZA DA AÇÃO: Concurso de Credores

REQUERENTES: ABISAI SILVEIRA DA SILVA E OUTROS

REQUERIDOS: ALBERTO VIEIRA ALVES E OUTROS

ÔNUS E PENDÊNCIAS: Os bens encontram-se apreendidos pelo juízo criminal e vinculados a estes autos para restituição às vítimas. Eventual preferência entre credores será observada por ocasião da distribuição do produto da arrematação, conforme critérios de rateio estabelecidos nos autos proferidas no mov. 1863.1.

BENS:Lote 01: Um Relógio marca Mont Blanc, usado, modelo TimeWalker GMT 9168, fabricação Suíça, modelo 109135, gênero masculino, em aço inoxidável, cor prata, resistente a água, 42mm, mostrador preto, mecanismo automático de corda. Pulseira em aço inoxidável. Sem a caixa original, e sem o manual. Avaliação: R\$ 5.200,00. Lote 02: Um Relógio marca Tissot Ballade III, usado, automático, modelo T97.2.483.31, gênero masculino, em aço inoxidável, mecanismo automático a corda, cor prata, resistente a água, mostrador branco de 39mm, pulseira em aço inoxidável e ouro. Avaliação: R\$ 3.150,00. Lote 03: Uma pulseira estilo Cartier, em ouro 18K, usada, pesando 4,6 gramas. Avaliação: R\$ 2.740,00. Lote 04: Uma peça em ouro amarelo e branco, sem definição, pesando 1,7 gramas. Avaliação: R\$ 1.020,00. Lote 05: Uma caneta tinteiro marca Mont Blanc, usada, modelo Meisterstuck, Solitaire, fabricado em resina preta, com os anéis e partes metálicas em ouro, com o emblema Mont Blanc incrustado na tampa superior. Observação: a tampa da caneta está rachada e com uma gravação "Jesse K. Souza". Avaliação: R\$ 700,00. Lote 06: Uma caneta tinteiro marca Mont Blanc, usada, modelo Meisterstuck 149, Le grand, fabricado em resina preta, com os anéis e partes metálicas em ouro, com o emblema Mont Blanc incrustado na tampa superior. Observação: a tampa da caneta está rachada e com uma gravação "Jesse Souza". Avaliação: R\$ 800,00. Lote 07: Uma caneta esferográfica marca Mont Blanc, usada, modelo Meisterstuck, Le grand, fabricado em resina preta, com os anéis e partes metálicas em ouro, com o emblema Mont Blanc incrustado na tampa superior. Avaliação: R\$ 1.200,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 14.810,00 (quatorze mil, oitocentos e dez reais), conforme laudo homologado nos autos em 19/05/2026. O referido valor será devidamente atualizado pelos índices oficiais do TJPR (MÉDIA INPC/IGP-DI), até a data do efetivo leilão, servindo como base para a fixação do lance mínimo na 1ª praça (100% do valor atualizado) e na 2ª praça (50% do valor atualizado).

OBSERVAÇÃO: Na primeira hasta não poderá haver lance em valor inferior ao valor da avaliação segundo redação do artigo 891 do Código de Processo Civil. Na segunda hasta o bem poderá ser vendido pela melhor oferta, desde que o preço do lance não seja considerado vil, ou seja, de acordo com determinação do juízo da execução, o bem não poderá ser vendido por quantia mínima inferior a 50% do valor da avaliação atualizada. O CPC no seu artigo 892 revela que, salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Entretanto, nos termos do art. 895, § 1º, do CPC, fica consignada a possibilidade de arrematação em prestações, corrigidas pelos índices legais, desde que apresentada a proposta por escrito, não inferior ao laudo de avaliação, ainda, com oferta de pelo menos 25% à vista, autorizado o parcelamento do restante em até 30 vezes, que será decidido pelo Juiz por ocasião da Praça, garantido por caução idônea, quando se tratar de bens móveis. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulado nos autos da execução em que se deu a arrematação. A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado e em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA
DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 15ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI**
Rua Mateus Leme, 1142 - 4º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone:
whats4132219515 - E-mail: ctba-15vjs@tjpr.jus.br

assim compreendida, sempre, a de maior valor, e em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Segundo o artigo 18 da Resolução nº 236 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, os bens serão vendidos ad-corpus, ou seja, no estado de conservação em que se encontra, em uso, conservação e estado documental, sendo em lotes unitários e/ou lotes englobados, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para alienação judicial, não podendo alegar vício oculto. Também com fundamento no artigo 29 da Resolução nº 236 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte patrimonial e transferência dos bens correrão por conta dos arrematantes. A venda será realizada conforme Artigo 908 § 1º do CPC. Fica também ao encargo do arrematante, o pagamento das custas judiciais para a expedição da pertinente carta de arrematação e demais despesas judiciais e eventuais tributos existentes, conforme tabela de custas pela Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, quando houverem. Todos os arrematantes submetem-se aos prazos e decisões judiciais, e poderão ser chamados à lide na qualidade de terceiros interessados. Os licitantes que desejarem participar da Hasta Pública com a utilização do sistema Leilão on-line, deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores (www.pbcastro.com.br), cujas regras integram este Edital de Leilão. O uso da ferramenta, através de login e senha pessoal e intransferível vincula o licitante aos termos do Edital de Leilão, ao Contrato de Adesão, às Condições de Venda, além de todas as disposições legais aplicáveis à espécie, inclusive sanções na esfera civil e criminal por danos à execução e à dignidade da Justiça. Eventuais divergências e litígios advindos do uso do sistema disponibilizado pelo Leiloeiro Público serão dirimidas pelo Juízo da Execução, segundo as circunstâncias de cada caso. Através deste edital ficam intimados as partes, os arrematantes e terceiros interessados. Cientes também, que no ato os arrematantes arcarão com a comissão do Leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. A comissão de leilão sempre será devida ao Leiloeiro Oficial, por ATO PRATICADO (Decreto Federal n. 21.981/1932), assumindo, conforme o caso, o arrematante, o adjudicante ou o remitente, o ônus desta despesa. Ciente também, os executados que a comissão do leiloeiro será de 2,5% (dois e meio por cento) na hipótese de adjudicação, remição ou acordo entre as partes. A simples oposição de embargos à arrematação por parte do Executado (devedor) não é causa para desfazimento da arrematação. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial, profissional e/ou eletrônico declinado na inicial. Caso os Exequentes, Executados, e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente Edital de INTIMAÇÃO DE PRAÇA E LEILÃO

Plínio Barroso de Castro Filho
Leiloeiro Público Judicial

LIANA DE OLIVEIRA
Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço é web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). A autenticidade deste documento pode ser consultada no mesmo endereço eletrônico.